



PACS

Janeiro 2005 / nº 12

Análise de Conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional

UM OLHAR SOBRE A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL

Alain Simin ^[1]

O governo do Presidente Lula está completando dois anos. Está na hora de fazer o primeiro balanço, já que chegamos exatamente à metade de seu mandato.

Em primeiro lugar, fica claro que até agora o governo submeteu-se ao conjunto de medidas preconizadas pelo FMI e o Banco Mundial, e suas conseqüências se fazem sentir.

No plano social, a situação econômica da grande maioria piorou durante os dois últimos anos. O aumento dado ao **salário mínimo** foi extremamente baixo, e este só atingirá 300 reais daqui a alguns meses. É um salário que não permite levar uma vida digna. Uma pessoa que tome dois ônibus para ir ao trabalho (o que é extremamente comum) gasta em torno da metade de um salário mínimo (aproximadamente 140 reais) somente em transportes.

A situação do **emprego**, infelizmente, também não apresenta nenhuma melhora. Constata-se uma leve retomada nos últimos meses de 2004, mas é difícil prever qualquer avanço substancial para este ano. Praticamente 20% da população ativa das grandes áreas urbanas está desempregada, e, dos que trabalham, mais de 50% estão na informalidade.

Neste quadro social extremamente tenso, a **reforma da previdência** instaurada pelo governo Lula em 2003 (referente em primeiro lugar aos funcionários públicos) não teve nenhuma preocupação com a inclusão da grande maioria da população, que atualmente encontra-se sem nenhuma cobertura previdenciária.

Considera-se freqüentemente que a **reforma agrária** poderia constituir um instrumento importante de transformação de nosso país, um dos mais desiguais do mundo. Neste contexto, o governo Lula prometeu dar terra a 400.000 trabalhadores sem terra ao longo do seu mandato (2003-2006). No entanto, em 2004, somente 25.000 famílias foram assentadas, apesar de o governo ter planejado dar acesso à terra a mais de 100.000. Assim, o MST promete intensificar a pressão sobre o governo durante 2005. Esta atitude pode ser vista como uma sinalização da autonomia do movimento, apesar da participação de integrantes do MST no governo.

No campo, constata-se a existência de políticas de desenvolvimento da **agricultura familiar**. Isto é interessante pois permite dar apoio a um segmento da população que representa em torno de 10% do PIB – excetuando os sem-terra e os grandes proprietários rurais. Além disso, como mostra o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-04, quase 40% do Valor Bruto da produção agropecuária vem da agricultura familiar (70% do feijão consumido no país, 84% da mandioca, 54% da bovinocultura de leite e 40% de aves e ovinos). O desenvolvimento da agricultura familiar é pois essencial à segurança alimentar do país.

Economista político e colaborador PACS/E-Changer

Por fim, é essencial falar do pagamento dos **juros da dívida**, utilizados como justificativa para o superávit primário (e conseqüentemente a escassez de recursos para os gastos sociais). O governo não somente seguiu como ultrapassou os parâmetros acordados com o FMI quanto ao superávit primário, que atingiu este ano mais de 5% do PIB. De fato, Brasil pagou em torno de 800 milhões de dólares por semana de juros da dívida.

Parece absolutamente suicida a manutenção desse superávit na situação de recessão atravessada pelo Brasil atualmente. De fato, os países mais ricos (e em particular os EUA) adotam sistematicamente políticas anti-cíclicas para tentar reverter as situações de recessão. Ou seja, toda vez que o país enfrenta um período de redução do crescimento econômico, o Estado investe mais, de forma a inverter a tendência. Ora, o Brasil tem passado esses últimos anos por períodos altamente recessivos; no entanto, não há elevação do investimento estatal. Enquanto isso, o pagamento da dívida corresponde a uma parcela cada vez maior do PIB. O pagamento dos juros da dívida beneficia diretamente o setor financeiro - os bancos no Brasil obtêm lucros altíssimos -, mas por conta disso deixam de ser realizados os investimentos destinados a melhorar a situação da população mais desfavorecida (infra-estrutura, programas sociais, educação, saúde etc.)

Um quadro sem perspectivas positivas

Após terem sido expulsos do PT no fim de 2003 por conta das discordâncias relativas à política econômica do governo Lula, a senadora **Heloísa Helena** e os deputados Luciana Genro e Babá criaram um novo partido, o P-SOL.

No final de 2004, a **demissão de Carlos Lessa** do BNDES pelo próprio presidente da República confirma a tendência deste governo de afastar aqueles que perturbam. Lessa fez críticas à política econômica levada a cabo pelo governo, e defendia uma política excessivamente centrada em um projeto nacional para o gosto da equipe econômica do governo Lula. Sua demissão suscitou inúmeras reações de indignação. Seu substituto, o ex-ministro do Planejamento Guido Mantega, está mais próximo das posições defendidas pela equipe do Ministério da Fazenda.

Além disso, Frei Betto, um dos integrantes do governo próximos a Lula, abdicou da sua função de secretário especial encarregado da implantação do programa Fome Zero. Este projeto, que devia permitir um desenvolvimento integrado, não parece ter ultrapassado o estágio de política assistencialista tão familiar aos antecessores de Lula. A saída de Frei Betto é mais uma indicação simbólica do caminho escolhido pelo atual governo.

Este contexto deixa clara a existência de **uma divisão e enfraquecimento da esquerda transformadora** em seu conjunto. Isto pode ser observado pelo crescente afastamento entre diferentes tendências do PT. No campo sindical, vários sindicatos vêm-se numa situação de distanciarem-se da CUT, por sua excessiva proximidade com relação ao governo. O governo Lula, apesar de não reprimir os movimentos populares, provoca sua diluição ou fragmentação. Os militantes vêm-se confrontados a um doloroso dilema, após 20 anos de luta no PT: recuar ou romper.

Devem-se mencionar as propostas de **participação popular** (por exemplo na discussão do PPA) por parte do governo federal. Este ponto é essencial para um governo de raiz democrática, e consiste em uma forma de educação política indireta para a população. Infelizmente, esta participação é freqüentemente reduzida à simples consulta, que não se traduz em atos, levando à frustração os próprios participantes.

As **eleições municipais** no último trimestre de 2004 permitem observar um resultado conflitante para o PT. Por um lado, constata-se uma elevação do número de prefeituras controladas pelo PT (de 187 para 411); por outro, o PT passa a controlar somente 5 bilhões de reais em orçamentos municipais, quando anteriormente era responsável por mais do dobro desta soma (evidentemente, a perda pelo PT da prefeitura de São Paulo tem um papel significativo nesta conta). De maneira geral, as estatísticas mostram um índice de satisfação popular elevado com o governo Lula. Segundo pesquisa do IBOPE de fins de 2004, menos de 20% da população faria uma avaliação negativa do governo. A posição da mídia é certamente fundamental neste resultado.

O papel da mídia

No contexto brasileiro, os veículos de comunicação mais importantes (a Globo em particular) têm papel significativo na manipulação da opinião pública. A pluralidade de opiniões não está suficientemente presente na mídia para que esteja garantida a construção de opiniões fundamentadas. Tanto a televisão aberta como os principais jornais divulgam opiniões essencialmente similares e de apoio marcado da classe dominante.

Pode-se observar, por exemplo, que a política agrícola atual, que favorece os grandes proprietários de terra (incentivos à expansão da exportação de soja, de carne etc.) é apresentada sistematicamente como um fator positivo sem que se destaquem os efeitos perversos do aumento das exportações para a grande maioria da população. De fato, as divisas adquiridas a partir daí são utilizadas principalmente para o pagamento do serviço da dívida e não para a melhoria do bem-estar da população. Pode-se fazer uma avaliação similar do tratamento dado pela mídia à questão dos superávits primários realizados para o pagamento dos juros da dívida.

Assim, o quadro do projeto nacional brasileiro não parece hoje muito favorável, e podemos nos perguntar se ainda há lugar para a esperança. É forçoso constatar que o governo de fato colocou-se a serviço da classe dominante e dos mercados financeiros globalizados. Somente uma forte reação popular teria capacidade de modificar este panorama, que hoje não oferece perspectivas para uma população de mais de 177 milhões de habitantes, em que são poucos os que podem dormir com a tranquilidade de quem tem saúde, trabalho e comida.

Massa Crítica é um informe com periodicidade irregular do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, distribuído por via eletrônica e impressa referente a fatos relevantes da conjuntura nacional e internacional. Este boletim pode ser reproduzido desde que seja citada a fonte.

Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 - Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124 - Caixa Postal: 7508 CEP: 20241-970
Sítio: www.pacs.org.br

Título de Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de 17 de dezembro de 2003 Diário Oficial da União de 18/12/2003.
Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, processo nº 08/015202/03, publicado no Diário Oficial do Município em 28/10/2003. Filiada a ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais desde 1991



Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS é uma instituição sem fins lucrativos dedicada à assessoria eco-social e à ação educacional em colaboração com os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o autodesenvolvimento humano e para a construção de uma opinião pública crítica e criativa, capaz de cobrar a promoção e a implementação de políticas públicas transformadoras, participantes, tecnicamente competentes, desde o nível municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis trabalhamos com pessoas e organizações, no intuito de fortalecê-las individual e coletivamente para que se tornem sujeitos de sua própria história e de seu autodesenvolvimento. Nossas ações se desenvolvem em duas dimensões simultâneas: uma local, imediata, e a outra nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádio e audiovisuais; elaboração de propostas e políticas alternativas e projetos de desenvolvimento; assessorias e atividades educativas com movimentos sociais, ecumênicos e prefeituras entre outros; participação em redes regionais e internacionais.

Os parceiros

Ação Quaresmal (Suíça)
Christian Aid (Reino Unido)
DKA (Áustria)
E-Changer (Suíça)
Ford Foundation (EUA)
FPH (França)
Instituto Marista de Solidariedade (Brasil)
SCIAF (Escócia)
TRÓCAIRE (Irlanda)